

O DRAMA PEDEVISTA. Sofrimento e resistência entre ex-servidores públicos no Brasil.¹

**Marcela Marques Serrano
(CEFET-RJ/PPCIS-UERJ)**

Palavras-chave: Programas de Demissões Voluntárias, Trabalho, Sofrimento e Resistência.

APRESENTAÇÃO

Peso e ineficiência do Estado, enxugamento da máquina pública, privatizações, fazem parte dos chamados Planos de Ajuste Estrutural (PAEs), impostos por organismos internacionais, tais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). Os governos brasileiros eleitos após o fim da ditadura militar acataram as exigências e implementaram sem maiores restrições a chamada agenda neoliberal. Na Era FHC foi criado o MARE, Ministério da Administração Pública e Reforma do Estado, a fim de implementar a reestruturação, da qual fazem parte os Programas de Desligamento Voluntário (PDVs) que será analisado no presente artigo.

Em 1996, ainda no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, através da Medida Provisória de nº 1530, que resultou na Lei nº 9468/1997, foi implementado o primeiro das três edições de Programas de Desligamento Voluntário (PDVs) da administração direta autárquica e fundacional, os outros aconteceram em 1999 e 2000, mas foram menos expressivos. Segundo dados do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), no total, foram 15.003 adesões.

Em pouco tempo as dificuldades foram se revelando e em 2003 os pedevistas fundaram o **Movimento pela Reintegração/ Readmissão dos Pedevistas (MURP)**. Sob a alegação de que o governo não havia cumprido o que estava no acordo, propõem a anulação das demissões. Dentre as promessas não cumpridas estão a linha de crédito especial no Banco do Brasil e os cursos de empreendedorismo que seriam oferecidos pelo Ministério do Trabalho em parceria com o SEBRAE.

No momento de sua fundação, o MURP reuniu pedevistas da Administração Direta, mas também das empresas públicas, por isso incorporou ao nome do movimento o termo “readmissão”, fazendo jus à situação destes últimos, que não

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

eram estatutários e sim celetistas, não cabendo neste caso o termo reintegração. Contudo, os organizadores sabiam que, não só as condições que precederam a adesão ao PDV eram distintas nos dois casos, como também a forma de reingresso no serviço público seria diferente, juridicamente falando, são processos de naturezas distintas.

Em 2008 o Deputado Federal (PMDB/ RJ) Leonardo Picciani submeteu à câmara um Projeto de Lei visando a reintegração dos ex-servidores que aderiram aos PDVs, com base na seguinte justificativa: “É fato notório que um significativo contingente de ex-servidores federais que se desligaram do serviço público mediante adesão a programas de desligamento voluntário, implementados a partir de 1996, **encontram-se em situação de penúria**” (PL 4293/ 2008). A proposta é que tão logo sejam reintegrados, seja feito um cálculo sobre o que receberam no momento da adesão, a fim de que possam devolver em parcelas ao governo.

A situação de penúria a que se refere o autor do PL nada mais é do que o processo de precarização e pauperização a que tais pessoas foram submetidas. Processo este que se inicia antes mesmo da adesão ao PDV, isto é, ainda na condição de funcionários públicos experimentaram uma degradação material e moral: anos sem reajuste salarial, o que fez com que muitos se endividassem, e um processo de depreciação do funcionalismo público, que culmina na campanha de Fernando Collor para presidência da República em 1989, cujo slogan principal era o de “caça aos marajás”, generalizando a imagem de ineficiência do funcionário público.

Na presente ocasião, proponho uma análise sobre os PDVs a partir dos conceitos de *drama*, tal qual elaborado por Victor Turner e o de *eventos críticos*, segundo elaboração de Veena Das. Para tanto, tomo por base os depoimentos de 12 pedevistas, entrevistados por mim entre os anos de 2005 e 2015.²

ALINHAVES TEÓRICOS

Antes mesmo de começar a minha pesquisa acadêmica sobre os PDVs, já ouvia relatos dramáticos sobre a situação em que ex-funcionários públicos se encontravam desde a adesão. Como sou de uma família de servidores públicos, não faltaram casos ao meu redor para que isto se fizesse notar. Lembro-me de histórias

² Na verdade, em 2005 foi realizada uma única entrevista, mas voltei a entrevistar este mesmo informante em 2011.

trágicas³ narradas pelos meus pais (ambos servidores públicos federais, hoje aposentados), alguns de seus amigos aderiram e a maioria se arrependeu profundamente.

Em boa parte das entrevistas, o tom dramático dos depoimentos me chamava atenção: relatos de doenças graves atribuídas ao estresse decorrente da situação em que ficaram após o PDV; dramas familiares culminando em divórcio, também entendidos como desdobramentos da adesão; eventos trágicos, como suicídio e assassinato, igualmente tributados à vulnerabilidade, sobretudo do ponto de vista econômico, em que passaram a se encontrar os pedevistas.

Uma das características do drama, conforme Victor Turner, é estabelecer uma temporalidade específica; O drama seria uma forma de expressar uma ruptura do cotidiano (TURNER, 1986). Este traço pode ser identificado na narrativa dos pedevistas, ainda que no cotidiano estejam vivendo suas vidas, segundo os rearranjos possíveis. Uma parte dos entrevistados, quando começam a falar sobre a experiência do PDV, dão a impressão de que estão presos a essa expectativa da reintegração, como se suas vidas estivessem em suspenso, dependendo do desfecho deste caso. Trata-se, podemos dizer, de uma narrativa dramática.

Ainda segundo Turner, “outra característica do drama enquanto estética trágica é a referência a sentimentos de dor e prazer para expressar e comunicar a experiência”. (Turner, 1986 *apud* Vieira, 2010). Creio que podemos dizer que nas narrativas pedevistas os muitos casos de câncer, infartos, depressão, alcoolismo, suicídios e até assassinatos relatados são exemplos desta estética trágica. Mas também devemos citar a dor e a revolta impressa em suas palavras quando repetem os argumentos nos quais fundamentam suas reivindicações: “fomos ludibriados” (conforme desabafou Seu Jorge, um dos fundadores do MURP). Acredito ainda que podemos entender este fenômeno exatamente como a criação de narrativas e símbolos da qual nos fala Turner (1980); são os símbolos da penúria presente na narrativa sindical incorporada pelo parlamentar.

Segundo John Dawsey (2006), o drama social, na concepção de Turner, marca um momento de suspensão em que o cotidiano é recriado, o drama instaura a irregularidade, torna instável o cotidiano. Esta instabilidade do cotidiano está presente nos depoimentos que ouvi. É como se estivessem à espera do desfecho dessa

³ Casos de depressão aguda, de infarto e até um assassinato atribuído aos desdobramentos do PDV.

história ainda não concluída, ainda sem a solução esperada.

Certamente a adesão gerou uma série de rupturas, a ausência de referências e a diluição de categorias de compreensão/ explicação do mundo. Mas em algum momento o cotidiano se restabelece, com base em novas relações sociais, novas categorias constitutivas desta nova realidade. Porém, o que chama a atenção é que, como se percebessem isto, os meus entrevistados têm sempre exemplos de colegas que nunca mais conseguiram se estabilizar, é como se estes casos conferissem legitimidade e força às reivindicações pedevistas.

Segundo Veena Das e Kleinman (2000), “a experiência comum de sofrimento é capaz de criar um sentido de solidariedade entre vítimas e mobilizar a ação política. Os relatos sobre a experiência comum de sofrimento podem ensejar a articulação de grupos políticos” (Vieira, 2009, p.12). Compartilhar experiências de sofrimento permite ir além do plano da memória social ou da subjetividade, viabiliza a organização e a luta políticas.

O MURP se enquadra perfeitamente nesta definição, mais do que isso, proponho que vejamos o movimento como uma institucionalização da **comunidade de sofrimento** pedevista. Tomo este conceito a partir das análises de Suzane Vieira sobre o acidente radiológico ocorrido em 1987 na cidade de Goiânia (Go). Segundo a autora, “a profusão de narrativas constrói um campo público e coletivo assimilado como uma “comunidade de sofrimento” na qual as experiências do evento são comunicadas e compartilhadas” (p.3).

Ademais, as comunidades de sofrimento também se destacam por poderem comunicar “a experiência de sofrimento das vítimas a um público amplo (...) Essa experiência comunicada e compartilhada pode mobilizar a ação política das vítimas e provocar a adesão de artistas e escritores que firmam um compromisso com o evento através de suas obras” (*ibidem*). Acho que é exatamente este o papel do MURP, comunicar o sofrimento pedevista através dos meios possíveis (dentre eles os meios de comunicação), mobilizando tantos atores quanto possível, como parlamentares e intelectuais. O MURP, assim, amplia a comunidade de sofrimento abarcando sujeitos que não foram “vítimas do PDV”.

Finalmente, entendo que os PDVs podem perfeitamente ser analisados a partir do conceito de **eventos críticos**. Na interpretação de Das, este tipo de evento caracteriza-se por sua extrema violência e a forma abrupta como desestrutura o mundo do sujeito, promovendo drásticas rupturas das relações sociais e das

categorias tradicionais nas quais este mundo se baseava.

É importante levantar a hipótese de os PDVs terem tido o impacto de um evento crítico para uns – eu diria até que para muitos, para a maioria. Para alguns poucos, entretanto, não teve a mesma proporção nem o mesmo efeito; é o caso de Rita; a sua ligação com o PDV é tênue; as rupturas do passado talvez tenham sido atenuadas pelo fato de ter feito outros concursos públicos e ter assumido como professora no município e no Estado. Sendo assim, o questionamento de Das sobre o tempo e a temporalidade, por exemplo, acerca da duração de um evento, se existe uma apenas ou várias, é totalmente pertinente no caso de minha pesquisa, para uns o PDV parece durar ainda hoje, é uma experiência contemporânea, cujo desfecho ainda não se definiu. Para outros, no entanto, trata-se de um episódio do passado, já concluído.

TECENDO TRAJETÓRIAS

Eu vou lá, já entreguei currículo em um monte de empresas. Mas é aquilo... Eles dizem que vão olhar e depois ligam, mas acabam não ligando. Pior os que nem ficam. Mando também pela internet... Tem dia que bate um desespero, que dá vontade de pular daqui.

Este é o depoimento desesperado e desesperador, desolado e inquietante de um pedevista, ex-servidor que aderiu a um dos Programas de Demissão Voluntária da década de 1990. Ex-funcionário da Companhia Estadual do Gás, depois privatizada, aderiu movido pelo medo do porvir. O receio de que, ao assumirem, os espanhóis fariam de qualquer jeito “a limpa” na empresa e o risco de uma demissão sem as vantagens do PDV não era pequeno na avaliação da maioria dos servidores em questão.

A gestão do medo tem sido apontada pela literatura sobre os PDVs e processos de reestruturação produtiva/ reorganização do trabalho como uma estratégia fundamental no exercício do controle sobre o trabalhador (RODRIGUES, 2001; SILVA, 2002; BESSI, 2003). Durante a implementação dos PDVs foram comuns relatos de pressão e assédio por parte dos gestores das empresas; Bessi (2002), em estudo realizado na Caixa Econômica no Rio Grande do Sul, identifica estratégias organizacionais, como a gradativa diminuição da vantagem financeira oferecida aos que demorassem mais a se decidir pela adesão, o que acaba forçando precipitação, além das 5

estratégias individuais adotadas pelos gestores, neste sentido, reuniões eram realizadas a fim de divulgar, entre os funcionários elegíveis, “o número de pessoas e cargos a serem reduzidos na unidade, retirada de cargo em comissão, não delegação de atividades para o sujeito, retirada do horário para estudo, etc” (pp117-118).

Vale lembrar que muitos dos pedevistas acabaram aderindo porque consideravam muito ruins as condições em que se encontravam no Serviço Público, desmoralizados por uma ideologia que se tornava hegemônica e apresentava o funcionalismo público como oneroso aos cofres públicos, sendo pago pela população; além disso, foi fundamental o sucateamento que resultou em total falta de estrutura para se trabalhar e mais de cinco anos sem aumento salarial. Como disse Seu Jorge, *o bode foi colocado dentro da casa*, fazendo menção ao dito popular que significa forjar uma situação muito precária a ponto de, depois, qualquer melhoria, por mais irrisória que seja, parecer um grande feito.

Se o medo do porvir, por um lado, imobiliza, por outro, força decisões precipitadas, individualizadas, como a adesão aos Programas de Demissão Voluntária. Depois da adesão o medo se transfigura, ou passa a ter outra causa, qual seja: o medo de não conseguir prover o próprio sustento. No caso de Seu Jose, antes de se encontrar na situação de desespero, chegou a se tornar sócio do irmão numa empresa de produção editorial e diagramação, que passava por um momento de expansão. Contudo, logo depois, passaram a enfrentar severas dificuldades, até que foi decretada falência. A partir daí, as tentativas frustradas foram se somando até que o sentimento de desolação se tornasse uma constante. O olhar perdido parecia buscar no horizonte uma saída.

Diante desta realidade implacável, Seu Jose dormia e acordava, todo dia, numa busca sem fim, na verdade, os dias não começavam, nem terminavam, até que, dois meses depois daquele depoimento desesperado, veio a redenção: duas empresas para as quais havia mandado currículo chamaram. A primeira vaga era num escritório de advogados; sem benefícios! Não bastando, outros funcionários reclamavam da demora na assinatura da carteira de trabalho e dos atrasos de salário. Sua orelha coçou, mas, como o “horror” narrado por Viviane Forrester, olhou para trás e decidiu não reclamar, não estava em condições de “ser muito enjoado”. Ter um lugar para onde ir todos os dias, sair de manhã e voltar à noite, livrar-se da sensação de inutilidade, de estar fora do lugar, ou se incorporando à mobília da casa, eis porque valeria a pena. Mas sua pena foi atenuada, uma semana depois, veio a convocação de uma empresa prestadora de serviços para os Correios.

Esta nova oportunidade insinuava-se como muito melhor, benefícios garantidos e a certeza da carteira assinada. Seu Jose não pensou duas vezes, na segunda-feira seguinte foi até o escritório onde tinha começado, agradeceu pela chance, explicou os motivos para sua saída e dali mesmo partiu para a outra empresa. Para sua surpresa – chegou a pensar que se tratava de algum tipo de piada, dessas que os amigos armam para serem apresentadas na TV em programas dominicais – quando entrou na sala do funcionário que o esperava, ouviu que se tratava de um engano, que a vaga para a qual havia sido chamado ainda não estava disponível, mas que ficasse tranqüilo, pois em um mês ele seria finalmente admitido. Não preciso relatar qual foi a sensação.

Desolado, chegou em casa procurando a razão para tamanha insensatez, não conseguia acreditar no que tinha acabado de acontecer. O que faltou fazer ou o que fez demais? O currículo “pesado”, o irmão mais velho ponderou. Seria preciso deixar mais claro que não estava esperando o salário de contador, não tinha mesmo a expectativa de que iria manter os mesmos rendimentos de outrora, nem tampouco se incomodaria em exercer outras funções. Ou seja, é necessário despir-se, desterrar-se. Entregar com os seus pertences todas as referências. Como numa brincadeira, dois dias depois, a empresa voltou a convocá-lo, desta vez, para valer.

É desta maneira que se joga com as vidas dos trabalhadores, gerando incerteza e destruindo a auto-estima, depois de transforma-lo num átomo sem vínculos, tudo fica mais fácil. Vânia Bessi, em sua dissertação de Mestrado, analisando o processo de reestruturação do trabalho bancário, da qual fazem parte os Programas de Desligamento Voluntários, destaca o processo de desestabilização dos estáveis. Neste mesmo sentido, Lea Rodrigues (2004) e Jair B. Silva (2002) concluem que uma das finalidades dos PDVs, no plano simbólico, é romper com a cultura da estabilidade do serviço público. A incerteza e a instabilidade são armas da administração no controle e cooptação do indivíduo. Isso vale para os que saem e para os que ficam nas empresas públicas e de economia mista, privatizadas ou não. Situação um pouco distinta se dá na administração direta.

Destacar cada indivíduo da categoria torna mais fácil para a empresa negociar a seu favor. Além disso, a situação de vulnerabilidade que assola a vida desses indivíduos que erram em busca da sobrevivência, seja pelo emprego ou simplesmente o trabalho, faz com que vão se enclausurando em suas casas, quando ainda as tem. A falta de meios os impede de circular, esta já é uma amarra, e a vergonha, paralisa. O resultado é a 7
alimentação do ciclo mortal: isolados já não se dão conta de que este é um mal

generalizado, assumem, então, facilmente a culpa e digerem a ideologia liberal da meritocracia. Alguns mobilizam as últimas forças e tentam incrementar o currículo com cursos de informática, línguas ou algo que o valha. Mas nada valerá! Eis o paradoxo: o “currículo pesado” exclui, mas ao mesmo tempo soa a cantilena sobre as vagas de emprego ociosas a espera de profissionais qualificados para as novas demandas do mercado.

Gilmar (homem, 58 anos), assumiu esta culpa e, depois da depressão, depois das sessões de terapia, resolveu voltar a estudar, matriculou-se no curso de Direito de uma universidade privada. Foram muitos anos até que finalmente concluísse; nesse ínterim, recaídas na depressão e falta de dinheiro adiaram a formatura. A depressão veio após a separação, a esposa foi embora levando a única filha do casal. As brigas tornaram-se freqüentes diante das dificuldades financeiras. Depois de aderir a dois PDVs, um proposto pela administração direta, abrindo mão da vaga conquistada em concurso público para o INAMPS, em 1979, e outro do BANERJ (Banco do Estado do Rio de Janeiro, privatizado em 1997), G, que enquanto funcionário já vendia bijuterias para complementar a renda depreciada pelos muitos anos sem aumento salarial, abriu, então, as lojas em Madureira, bairro carioca famoso pelo comércio movimentado. Contudo, o sonho do negócio próprio, que no caso de G. era verossímil, não durou mais do que cinco anos, dos quais, dois, pelo menos, já prorrogando a falência e acumulando ainda mais dívidas.

Ao tentar explicar para si próprio o que aconteceu, G. não se poupa, o tempo todo é juiz e rel do mesmo processo. Ainda que repercuta a reivindicação do MURP, sobre o não cumprimento, por parte do Governo, de determinadas cláusulas do contrato de desligamento. Mesmo quando se ressentia por não ter tido acesso aos cursos de empreendedorismo no SEBRAE – o que havia sido prometido pelo governo – pondera que parte da responsabilidade era sua, pois não tinha perfil de patrão. Ele atribui isto, em parte, a uma “cultura do funcionalismo público”, mas também à sua própria personalidade. Chegou a esta conclusão a partir das conversas com o terapeuta e depois de um teste vocacional que teria confirmado sua não-aptidão para atividades que exigiam “liderança”.

Não foi só a psicoterapia que o levou a tais conclusões, anos mais tarde, numa dinâmica de grupo durante processo seletivo para uma vaga numa loja de colchões vaticinou o diagnóstico; na avaliação dos psicólogos que conduziram o teste, Gilmar não teria o perfil desejado de líder, o que seria indispensável, na visão do empregador,

para aquela função. Gilmar assimilou sem tristeza, nem contestação este “diagnóstico”. Ele não servia para aquela vaga, não porque não tivesse a formação compatível, o valor agregado que se queria era outro: um tal *espírito de liderança*. Uma coisa que, a princípio, nasce com a pessoa, sendo um traço da personalidade, mas que já pode ser adquirida através de cursos de formação de líderes.

Fica evidente o nível de cobrança que recai sobre o indivíduo. O resgate vigoroso do individualismo a partir das décadas de 1980 e 1990 com o fortalecimento da doutrina neoliberal, que coloniza todos os setores da vida: o social, o econômico, o moral e o psíquico, o público e o privado. Vânia Bessi, na sua Dissertação sobre os PDVs da Caixa Econômica, mostra como conceitos oriundos das teorias sobre modelos de gestão e administração, acabam colonizando o vocabulário cotidiano das pessoas: competitividade e liderança são dois exemplos. As pessoas devem ser competitivas e ter espírito empreendedor e de liderança, assim como as empresas têm que ser competitivas, mesmo as estatais, mesmo o Estado deve adotar os novos padrões de racionalidade administrativa.

Esta coação, digamos assim, obviamente acaba afetando diferentes classes sociais e como pertinentemente afirma Arthur Kleinman (2000) acaba criando níveis de sofrimento e estresse generalizado. Entretanto, creio ser importante enfatizar que a inviabilidade de alcance de tais ideais é muito maior entre os mais vulneráveis, o que potencializa o sofrimento, pois além da pressão, há a frustração e, não raramente, o estigma por não corresponderem às expectativas. São traços de uma violência estrutural, que repercute aspectos econômicos e se executa politicamente, uma violência que está enraizada no próprio modelo de sociedade e na forma como se organiza, relaciona e (re)produz. Ainda com Kleinman, podemos lançar mão do conceito de violência cotidiana, que se dá nas interações cotidianas e nos discursos hegemônicos que acabam se tornando senso-comum e repetidos inadvertidamente.

Seu Emerson (ex-funcionário do IBGE) contou em seu depoimento emocionado que comumente encontra ex-colegas (adesistas) que passam o dia no Centro da Cidade próximo ao prédio onde trabalhavam. Segundo avaliação de Seu Emerson, esta estratégia pode ter duas explicações, uma de viés prático, pois muitas vezes os conhecidos acabam dando alguma ajuda (“uns trocados”, um cigarro, etc), e a outra explicação teria uma base psicológica, isto é, ficariam ali como uma maneira de resgatar os vínculos sociais. É como se, estando mais próximos, tornassem mais fácil o

Seu Paulo Melo (ex-funcionário do INCA) investiu na empresa familiar, uma transportadora, na qual já era sócio de outros dois irmãos. Algumas divergências o fizeram apostar num novo início, abrindo sozinho uma empresa no mesmo ramo. Acabou não dando certo, não suportando a concorrência com os próprios irmãos já estabelecidos no mercado, acabou falindo e passou por momentos bem difíceis, ele conta que houve um período que não tinha sequer onde morar, ficava no escritório que havia alugado para tocar seus negócios, até que foi despejado por inadimplência dos aluguéis.

Desespero foi também o sentimento de Seu Jorge, ex-servidor do INSS, pedevista desde 1996, liderança do MURP (Movimento Unificado pela Reintegração dos Pedevistas). Não foi fácil entrar nesta seara com este informante, na verdade, quando cheguei para nossa entrevista, à sede do Sindsprev, onde trabalha, ele me esperava vestindo uma camisa estampada com uma charge do cartunista Latuff sobre o PDV, insinuando a subserviência do Governo FHC aos imperativos neoliberais. Então, começada a entrevista, pegou na gaveta duas folhas escritas à mão, segundo esclareceu, era para não esquecer de nada. Dali para frente, não foi fácil colocar as perguntas, ele fez uma palestra sobre a chamada Reforma Neoliberal e acerca da inserção dos PDVs neste pacote.

Diante das circunstâncias, resolvi não interrompe-lo, mas sim aproveitar a riqueza de sua fala, pois o peso político que dera a toda aquela experiência era extremamente significativo. Portanto, para chegar à sua trajetória pós-PDV foi preciso marcar outra entrevista, onde, então, confessou que não fez planos depois da adesão, pois, conforme faz questão de enfatizar, “não é um capitalista”. Então, demorou a investir em algo, dedicou-se muito mais à militância. Quando, finalmente, resolveu se ocupar de alguma forma e depois de algumas tentativas como vendedor de produtos naturais e de beleza, seu derradeiro investimento foi uma barraca de churros. Seu ponto de vendas era em Vila Isabel, tradicional bairro da Zona Norte carioca e tinha um rapaz que trabalhava com ele. Mas como faz questão de lembrar, na verdade, ele acabava trabalhando mais que o rapaz, isto é, não tinha uma relação de patrão e empregado, pois ele ia comprar o material para fazer os churros, dedicava-se ao preparo e ao seu ajudante cabia somente a venda. Conclui dizendo: *Na verdade eu dei uma chance a ele, ele tava desempregado, precisando arrumar um trocado...*

Mas pouco tempo depois a carrocinha foi evada pelos fiscais da prefeitura: o “rapa”. Esta experiência, relatada como de perda e impotência, foi o estopim para uma

depressão que o fez buscar o auxílio de um profissional, por um lado, e o respaldo religioso, por outro, hoje é evangélico. Foi, então, diagnosticado com TDAH, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiper-atividade, toma medicamentos, mas não deixa de freqüentar os cultos religiosos. Seu Jorge, curiosamente, declara ser anarquista e dizimista fiel da igreja Deus é Amor.

Esta “metamorfose”, isto é, esta migração entre uma ocupação e outra, normalmente marcada pela precarização, traduz a trajetória da maior parte dos pedevistas do MURP. Rosilene (mulher, 57 anos), ex-funcionária da UFRJ, já passou por muitas experiências ao longo da sua trajetória de pedevista; logo depois da demissão, foi contratada por uma empresa que prestava serviços na área de telefonia para a mesma instituição onde trabalhava até então. Mas depois disso, muitas foram as experiências, entregou “quentinhas”, fez salgados para festas, além de ter atuado em outras áreas, como no cuidado de crianças e idosos. Ultimamente, ela e o marido vendem bolsas em feirinhas populares que se espalham pelo Rio de Janeiro, especialmente em bairros do subúrbio ou favelas. Sem dramatizar a própria situação, Rosilene resume sua situação assim: “Como se diz por aí, se tem chuva, vende guarda-chuva, se há crise, venda lenço!”.

Assim, homens, mulheres, velhos e crianças vão sendo enredados nessa história da viração que, espetacularmente, é apresentada como empreendedorismo. E, finalmente, o julgamento do senso comum decretará a sentença: “Está vendo? Se quiser trabalhar, trabalha. Trabalho tem...”. Este modo de pensar é reproduzido pelos próprios trabalhadores precarizados e desempregados.

Muitos, como Rosilene, desistem de buscar um salário e vão explorar um “dom”, quem sabe não se descobre que anos de serviço público sufocaram o talento para vendas? Alguns dos meus entrevistados acreditam nisso. Então, entram na cadeia, vendem produtos, que já não vêm do Paraguai, mas sim *made in China*, ou mercadorias feitas aqui mesmo, produção caseira a baixíssimo custo, que saem das mãos de mulheres no Norte e no Nordeste, ou do suor de imigrantes em situação irregular no país. Desta forma, os novos empreendedores, salvam o almoço e o jantar da família vendendo mercadorias produzidas em condições aviltantes, que remontam ao século XIX.

O que é perceptível em falas como a de Rosilene é um certo tom evasivo de quem não quer se vincular a essa história, como se, assim, pudessem livrar-se de algumas características que os tornam mais vulneráveis, ou apenas afastar um possível

sentimento de culpa ou arrependimento pela escolha feita há mais de uma década. Henrique (59 anos, ex-funcionário do SUS) adota este mesmo tom, procurando sempre evidenciar a sua versatilidade ocupacional como um dom, não como algo que lhe é imposto. Não vê com maus olhos ter que transitar de um ramo a outro, da corretagem de imóveis à organização de eventos, passando pela venda de cosméticos e roupas, até algumas atuações como DJ em festas do subúrbio carioca. Mesmo que todas essas atividades estejam marcadas pela instabilidade, pela incerteza dos rendimentos provenientes e da precariedade.

No artigo **Eventos críticos: sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios**, Telma Camargo da Silva, analisa a situação daqueles que vivenciaram na década de 1980 a contaminação por césio em Goiânia. Segundo a autora, são muitos os relatos envolvendo tentativa de suicídio, alcoolismo, ansiedade e outros transtornos.

As tentativas de suicídio - como no caso de um dos entrevistados - o alcoolismo, a adição a drogas como maconha, a auto-definição como uma pessoa muito emocional, nervosa e irritada, o choro que irrompe com insistência no cotidiano são interpretados e narrados como a persistência do passado do desastre configurado como um fantasma que permeia o dia a dia destes jovens sobreviventes (SILVA, 2010:p.15).

Contudo, especialmente os mais jovens, tentam se livrar deste “fantasma” negando-se a testemunhar sobre o caso.

Estas reminiscências se caracterizam como um passado intrusivo (KOLK; HART,1995:158-182) cujas memórias encarceradas muitas vezes na representação do corpo não permitem que o ritual de passagem transforme a experiência traumática em experiência de redenção. Ao contrário dos narradores adultos que instauram o lugar da etnógrafa como uma escuta legitimada e na medida do possível buscada, os jovens narradores negam a narração porque ela de uma certa forma, reafirmaria publicamente a identidade de vítima do césio que eles querem de toda forma apagar. Neste sentido, existe uma interligação entre a linguagem e a reinserção social. Para os adultos (radioacidentados e policiais militares), a relação entre doença e desastre depende fundamentalmente da memória “que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunsntâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos” (VELHO, 1994:10). Neste sentido trazer o passado é projetar o futuro. Para os jovens entrevistados, o passado enjaula e, para pensar o futuro, o desastre é negado mesmo que intimamente ele esteja impregnado nos cheiros, nas imagens e nas marcas, configurando o paradoxo entre a vontade e a impossibilidade de esquecer.(SILVA: 2010,pp.15-16).

Creio ser esta análise empreendida por Silva, sobre a negação da narrativa como uma forma de libertar-se de uma identidade estigmatizante (talvez a de quem abriu mão do emprego público para se aventurar como empreendedor e falhou). É como se a volta a este episódio enjaulasse. Talvez assim, mitiguem a culpa, anulem a sensação de arrependimento que tantas vezes irrompem os relatos de pedevistas.

Para alguns, a busca da sobrevivência justifica as saídas individuais e a negligência das condições precárias a que estão submetidos outros trabalhadores, afinal, eles também estão em situação semelhante. O imediatismo, em alguns casos, leva a uma certa frieza e indiferença, mas nem todos agem assim. Há os que escolheram a luta política como solução para os problemas e também como forma de sublimar as frustrações. É o caso de Seu Emerson, Seu Paulo, Seu Marcos, Seu Jorge e Eliene. Estes cinco entrevistados estiveram e estão diretamente engajados na luta do MURP, são eles que viajam à Brasília para discutir com parlamentares e assessores o andamento do Projeto de Lei que prevê a reintegração do pedevistas da Administração Direta Autárquica e Fundacional.

Eliene, na verdade, à época da entrevista já se encontrava afastada da militância fazia alguns anos, desde que desenvolveu um câncer de retina, que ela atribui ao stress gerado pela instabilidade e incerteza que decorreram da adesão. Hoje tem se dedicado mais aos bolos e doces que faz para festas, tem até um sítio eletrônico para divulgação de seus produtos. Mas acompanha de longe o processo e a luta do MURP, além de guardar cópia de todos os documentos aos quais teve acesso enquanto estava na liderança do movimento. Seu discurso também é bastante politizado e contextualiza sua avaliação historicamente:

ELIENE (61 ANOS, EX-FUNCIONÁRIA DO SUS) - *A grande maioria que pediu PDV foi o pessoal de Nível Elementar e Nível Médio [...]Se você juntar, vamos dizer, cem pessoas, duas são do Nível Superior, quer dizer, que na época não estavam tão enforcados. Vamos dizer, assim, das cem, talvez cinquenta e poucas fosse do nível elementar e quarenta e tantos fosse do Nível Médio. Esse pessoal recebeu, dependendo do número de anos trabalhados, esse pessoal recebeu até Dez mil Reais como compensação por deixar o seu emprego, mas eles estavam devendo ao Banco do Brasil Doze, Quinze... Porque todo mundo vivia de empréstimo [...]... O que que aconteceu? Teve gente que ainda ficou devendo ao Banco do Brasil e [...] até hoje; porque recebeu Dez, devia Doze ao Banco... Pagou com o que? Não recebeu um tostão, porque era depositado no Banco do Brasil e o Banco do Brasil... Saber que pediu o PDV, ele sabia, mas saber que tinha que ofertar uma linha de crédito, ele não sabia [...]Aí, você imagina, a pessoa que achou que tinha os Dez mil Reais na mão e não tinha nada. Ou então você imagina a pessoa que tinha um emprego, o mercado, a partir de 96, você sabe bem disso, a partir da década de 1990 começou a ficar bem mais apertado, aí o FHC foi uma*

recessão do Cão, não tinha emprego, né...

Mais a frente, outro trecho do seu depoimento confirma o caráter do seu discurso:

É, exatamente, já tava assumindo o neoliberalismo, já queria diminuir, etc, etc. Mas nem o Collor – que a gente sabe o que representou pro País – foi tão ruim para o servidor público, talvez por falta de tempo. Né? Porque exatamente... Talvez por falta de tempo. Aí veio o FHC, quando eu saí, nós já estávamos com Fernando Henrique Cardoso, foram dois mandatos, o Collor já não tinha dado aumento... Então, eu tava em torno de dez a onze anos sem um reajuste. Eu e todo mundo, sem um reajuste salarial. Quer dizer, quando o governo lançou o Plano de Demissão Voluntária com as ofertas que ele fez, escritas numa cartilha, grande... Eu desisti, por exemplo, porque eu não suportava mais aquela estrutura; eu trabalhava na Coordenação fiscalizando processos e coisa e tal e aí aquele negócio não era a minha praia, eu não queria fazer parte daquilo, entendeu? Tive problemas sérios por não querer fazer vista grossa. Enfim, eu trabalhava num grupo que era sério, nós éramos cinco pessoas que analisavam os processos de compras, então, você imagina qual era a nossa situação... E quando eu vi aquela coisa, eu que estava no último patamar, eu não tinha mais pra onde ir, em aumento de salário, é, não tinha mais, eu já tava no final de carreira. Tinha havido uma tal correção dos 28%, você se lembra, foi dado pro militar, onde o pessoal de Nível Superior foi altamente prejudicado porque achavam que nós já tínhamos um salário muito bom.

Este tipo de leitura politizada, que pode ser uma forma de sublimar a culpa individual e arrependimentos, não livrou tais sujeitos de serem acometidos por problemas de saúde, que são atribuídos aos desdobramentos do PDV e uma série de perdas que tiveram. Uma delas, é a perda da referência, do sentimento de pertencimento a um grupo, a uma categoria, o que será corroído pela mobilidade ocupacional. Mas há também a perda de status que o servidor público teve um dia; as perdas relacionadas ao universo familiar recorrentemente citadas pelos entrevistados. A forma de lidar com tudo isso é que varia, a opção pela mobilização política acaba sendo uma alternativa às soluções individuais, ainda que todos lancem mão de alguma estratégia de sobrevivência, estas são vistas como imediatas e temporárias, poderão ser dispensadas tão logo questões estruturais sejam resolvidas, o que, reconhecem, certamente levará mais tempo.

ARREMATAS

Eu diria que, de um modo geral, as trajetórias ocupacionais e de vida dos adesistas aos quais tive acesso (direta ou indiretamente através do MURP) apresentam bastante semelhanças: desemprego ou precarização, vulnerabilidade, transtornos, doenças e mudanças no convívio familiar. Poderíamos dizer que tratam-se, de um modo geral, de *trajetórias predatórias*, onde predominam histórias de *reconversão profissional*, mudança de setor normalmente caracterizada por condições precárias e baixos salários, além da perda do capital de qualificação, e casos de *exclusão*, casos daqueles que passam às ocupações informais e, às vezes, até ilegais (CARDOSO et al., 2006). Contudo, seria possível classificar a experiência pedevista em três categorias: aqueles que hoje tentam se afastar do episódio PDV, de certa forma desmistificando seus impactos sobre suas vidas; os que não se negam a reconhecer o PDV como um “evento crítico”, mas que ao mesmo tempo assumem a culpa, chamam para si a responsabilidade pelo “drama” que passaram a viver; e, finalmente, temos o grupo dos que enfatizam a violência destrutiva do PDV e que politizam todo o processo, sublimando, assim, as frustrações e culpas individuais.

Entre os que se enquadram no primeiro grupo há uma postura, diríamos, de negação do drama enquanto tal. Rita, Rosilene e Henrique em vários momentos de suas entrevistas tentaram escapar da questão, especialmente quando eu tentava mencionar ou relacionar os fatos narrados ao PDV. Ora desviavam claramente o assunto, ora minimizavam os impactos da adesão em suas vidas. Mesmo que estejam totalmente inseridos na precariedade (casos de Henrique e Rosilene), mesmo que os sinais da vulnerabilidade sejam visíveis, tentam não falar, como se isto de alguma forma pudesse diminuir os efeitos e o peso dos fatos. Rita ainda ponderou sobre a situação de ex-colegas de trabalho que, realmente, segundo ela, teriam ido “à banca rota”. Ela mesma conhece casos de separação e alcoolismo que atribui aos desdobramentos da adesão.⁴

Já nos demais casos, resignação, culpa, vergonha, sofrimento, foram alguns dos sentimentos que pude identificar durante os depoimentos. Relatos e experiências que às vezes saltavam da garganta, outras pareciam tão difíceis de dar, sempre tão difíceis de ouvir sem se deixar tocar. Talvez seja impossível transcrever os sentimentos desses sujeitos, talvez cheguemos perto disso pela descrição dos sinais corporais visíveis: um

⁴ O interessante é que a trajetória de Rita é justamente a que (dentre todos os entrevistados) poderia ser considerada virtuosa, pois além de ter concluído a Licenciatura em matemática, dava aulas particulares em casa até conseguir ingressar na rede pública de ensino através de concursos públicos.

olhar arregalado, um olhar perdido, lábios crispados, vozes trêmulas, um corpo muito magro, uma vista paralisada por um câncer de retina, o excesso de nicotina, a perda dos dentes. Ou, quem sabe, tão eloqüentes quanto os sinais evidentes sejam as marcas invisíveis: a depressão, transtornos de ansiedade, os componentes dos medicamentos circulando na corrente sanguínea, uma doença cardiovascular. Vai saber se tudo isso faria parte de suas vidas não fossem os PDVs. Não podemos afirmar, mas o que interessa é que na interpretação dos próprios sujeitos desta história, todos os males eclodiram como resultado da adesão.

Para estes, acredito ser possível afirmar que os PDVs tiveram o impacto de um *evento crítico*, pela violência com que desestruturaram o universo de tais sujeitos (desdobrando-se seu efeitos no ambiente de trabalho, familiar, amigos, etc). No caso dos pedevistas, houve ruptura e desarticulação no plano das relações sociais; isto, não só porque os laços e referências identitárias profissionais serão drasticamente rompidos (ser funcionário público implica num sentimento de pertencimento forte a uma categoria), mas também as relações familiares em muitos casos foram profundamente afetadas. Além disso, o PDV é frequentemente vivido e narrado como uma tragédia; a fala de Seu Jorge, “somos sobreviventes do PDV”, é bem ilustrativa.

É importante ainda registrar que dentre aqueles que assumem o sofrimento, há uma maior densidade nos relatos dos homens. Mesmo quando partilham com as mulheres os mesmos fatores de vulnerabilidade intrínseca (características como idade avançada e baixa escolaridade) e extrínseca (retração do mercado de trabalho, adoção de políticas regressivas, etc), (cf. ARAÚJO, 2007), que tornam a reinserção no mercado de trabalho uma realidade distante. Por outro lado, no entanto, ainda recai sobre eles o peso das expectativas quanto ao cumprimento do papel de provedor, de ter um emprego e renda fixos. Além de uma certa estranheza em relação à permanência por muito tempo em casa.

Olhares acusatórios, comentários estigmatizantes, como aqueles que Gilmar narrou com tanta emoção ao falar da sua depressão vista por parentes como “frescura”, são muito mais freqüentemente dirigidos aos homens. Embora Eliene e Walma tenham relatado experiências parecidas, principalmente por parte dos ex-colegas de funcionalismo, estes normalmente acusam os pedevistas de terem saído com a ambição de se tornarem empresários e, depois de terem falhado, estariam querendo voltar ao emprego público. No caso de Walma, que hoje depende da ajuda financeira da mãe, que

paga seu aluguel e suas contas de água e luz, os comentários também partem de amigos da família e parentes.

Mas de alguma forma nos dois casos acima citados, o MURP funciona como uma referência que atenua os impactos das críticas, que não são internalizadas como fracasso pessoal, mas classificadas e assimiladas como consequência da predominância de noções como individualismo e meritocracia, muito fortes na nossa sociedade.

Creio ser pertinente afirmar que o MURP, para alguns, torna possível a organização da “experiência comum de sofrimento” (Veena Das e Kleinman, 2000) gerando um sentimento de solidariedade entre os pedevistas (vítimas do PDV, entendido como evento crítico). Os relatos sobre a experiência comum de sofrimento podem ensejar a articulação de grupos políticos (Vieira, 2010, p.12). Através do movimento, as experiências de sofrimento foram compartilhadas, o que permite superar o plano das subjetividades e da memória social, promovendo tais sujeitos ao plano da organização e da luta políticas.

Finalmente, as políticas neoliberais enquanto políticas macroeconômicas tiveram, sem dúvida alguma um impacto devastador, especialmente sobre as vidas dos mais pobres e vulneráveis. Contudo, o sofrimento se constitui no cruzamento entre o contexto macro e as experiências vividas no cotidiano dos indivíduos (Kleinman e Das, 2000), sendo assim, a experiência e as narrativas particulares variam. Embora pudéssemos até traçar estatisticamente um perfil dos pedevistas e identificar que estão concentrados nas camadas socioeconômicas mais baixas da estrutura social, há uma diversidade na forma de se viver e relatar o sofrimento decorrente de todas as outras perdas (*status*, referência identitária, estabilidade) acumuladas ao se deixar o serviço público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Pedro. *A tirania do presente*. Do trabalho para vida às incertezas do desemprego. Coimbra, 2007.

BESSI, Vânia. BESSI, Vânia G. *Subjetividade em tempos de Reestruturação Produtiva do Trabalho Bancário e Programa de Apoio à Demissão Voluntária*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

CARDOSO, Adalberto M.; COMIN, Álvaro A.; GUIMARÃES, Nadya A. “Os deserdados da Indústria:reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira. GUIMARÃES, N.A. & HIRATA, H. (orgs.); *Desemprego. Trajetórias, identidades, mobilizações*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2006.

DAS, Veena et al. (Eds.). *Violence and subjectivity*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2000.

DAWSEY, John. Turner, Benjamin e Antropologia da Performance: O lugar olhado (e ouvido) das coisas. *Revista Campos*, v.7, n. 2, p.17-25, 2006.

KLEINMAN, Arthur; DAS, Veenas; LOCK, Margaret. (Eds.). *Social Suffering*. Delhi: Oxford University Press, 1998.

MÈSZÁROS, István.“Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda” In: Antunes, R. (org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006 (pp. 27-44).

RODRIGUES, Léa. *Metáforas do Brasil. Demissões Voluntárias, Crise e Rupturas no Banco do Brasil*. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2004.

SILVA, Jair B. *A Perversão da Experiência de Trabalho*. Um estudo do PDV no Banco do Brasil. Bahia: EDUFBA, 2009.

SILVA, Telma C. Eventos críticos: sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios. Trabalho apresentado na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 a 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

VIEIRA, Suzane de A. *O Drama Azul: Narrativas sobre o sofrimento das vítimas do evento radiológico de césio-137*. Campinas, São Paulo [s. n.]; 2010.